

# A CEPAL E A ALTERNATIVA SOCIALISTA NA AMÉRICA LATINA

Raphael Teles Oliveira<sup>1</sup>

Tiago Camarinha Lopes<sup>2</sup>

## Resumo:

O trabalho investiga a relação da Comissão Econômica Para a América Latina (Cepal) com a alternativa socialista a partir do marco da Revolução Cubana. Recupera-se o contexto de criação da Cepal como órgão da ONU e seus primeiros anos de atividade. Posteriormente, analisa-se como a Comissão reagiu internamente à Revolução e mapeou-se as tensões internas e externas oriundas desse processo revolucionário, que se colocava como uma alternativa econômica para a região naquele momento. Neste trabalho, a Cepal foi estudada não só como uma escola de pensamento, mas como uma instituição que surge em um contexto específico do pós-Segunda-Guerra, submetido à estrutura hierárquica da ONU e com objetivos limitados. A partir disso, interpreta-se como se deu o posicionamento da Cepal frente ao socialismo na América Latina e como ela se torna uma aliada em favor da expansão da influência capitalista, colaborando com a “Aliança para o Progresso”.

Palavras-chave: Cepal, América Latina, Revolução Cubana.

## 1. INTRODUÇÃO

A Comissão Econômica para a América Latina (Cepal) é uma instituição criada em 1948 e constitui uma das cinco comissões econômicas da Organização das Nações Unidas (ONU), tendo contribuído para o desenvolvimento de um pensamento econômico original e objetivando o desenvolvimento da América Latina. Nesse sentido há uma vasta literatura econômica que aborda a Cepal como uma escola de pensamento. Mas a proposta deste trabalho é analisar como a Cepal reagiu internamente à Revolução Cubana, não só da perspectiva de escola de pensamento, mas também numa perspectiva institucional, na qual ela está inserida no contexto geopolítico do pós-Segunda Guerra Mundial.

Com a eclosão da Revolução Cubana em 1959, a Cepal é forçada a se posicionar frente a esse processo revolucionário e, por consequência, a posição institucional não tem efeitos somente em relação à Cuba, mas se estende à alternativa socialista para a América Latina em geral, uma vez que “o novo regime cubano surgia então como uma alternativa que poderia interessar às economias dependentes e exploradas ao longo de séculos de formação do modo de produção capitalista” (LOPES, 2015, p. 262).

---

<sup>1</sup> Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal de Uberlândia e bolsista CAPES.  
Contato: rtelesoliveira@gmail.com

<sup>2</sup> Professor adjunto da Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Economia da Universidade Federal de Goiás.  
Contato: tiagocamarinhalopes@gmail.com

Neste contexto, a Cepal, mesmo tendo em seus quadros membros e funcionários que tinham simpatia pelo socialismo, como Regino Boti, Alex Ganz e Juan Noyola, se alinha à Aliança para o Progresso. A aliança consistia numa reposta dos Estados Unidos da América à Revolução Cubana, visando evitar que a alternativa socialista se expandisse para outros países latinos a partir da experiência cubana.

O objetivo geral deste trabalho é analisar como isso repercutiu internamente na Cepal, a partir do marco que foi a Revolução Cubana para todo o continente, mapeando os conflitos que ocorreram. É importante analisar as influências externas ao seu posicionamento institucional, contrário à Revolução Cubana e à alternativa socialista em outros países da América Latina desde então. Isso é feito a partir da investigação dos fatores subjacentes a esse posicionamento.

A importância deste trabalho está na proposta de preencher uma lacuna que há na história econômica acerca da relação entre a Revolução Cubana e sua influência na Cepal, que, inevitavelmente, passa por analisar as influências da posição contrarrevolucionária da Comissão. A temática é relevante para a área de economia da América Latina, mais especificamente com relação à revolução cubana, que é relativamente pouco estudada do ponto de vista das ciências econômicas no Brasil. Essa percepção foi o que motivou a pesquisa da relação entre a Cepal e a Revolução Cubana, para contribuir para o melhor entendimento da questão à luz de uma perspectiva crítica da economia política.

A pesquisa desenhada é essencialmente teórica, do tipo bibliográfica, fundamentada com fontes documentais (atas de reuniões e conferências, documentos oficiais da ONU e Cepal, material jornalístico, entrevistas e outras fontes históricas), de modo que a parte documental constitui um pilar importante do trabalho.

Na primeira parte do trabalho foi feito um detalhamento do contexto histórico e econômico das origens da Cepal e da trajetória inicial até a eclosão da Revolução Cubana. Então, na segunda parte, foi feito o resgate histórico da revolução cubana em síntese para, analiticamente, resgatar como a Cepal se insere nesse contexto e como ela reagiu internamente a este episódio. Por fim, a última parte é dedicada às considerações finais.

## 2. CONTEXTO DE CRIAÇÃO DA CEPAL E PRIMEIROS ANOS

A Comissão Econômica para a América Latina (Cepal) foi formada três anos após a criação da ONU, em 25 de fevereiro de 1948, na 153ª reunião do Conselho Econômico e Social (ECOSOC), através resolução 106 (VI) num período conturbado no âmbito geopolítico, que foi o pós-Segunda Guerra Mundial.

Além da Cepal, existem outras quatro comissões semelhantes, formando juntas as cinco comissões econômicas regionais da ONU, são elas: Comissão Econômica para Europa (Cepe) com sede em Genebra – Suíça; Comissão Econômica e Social para a Ásia e o Pacífico (Cepap) com sede em Bancoque – Tailândia; Comissão Econômica para a África (Cepa) sediada em Adis Abeba - Etiópia e a Comissão Econômica para a Ásia Ocidental (Cepao) sediada em Beirute - Líbano. As duas primeiras precedem a Cepal e foram criadas em 1947, já a Cepe foi criada em 1958 e a Cepao é a mais recente, fundada em 1975.

Antes da criação da Nações Unidas, ainda durante a Segunda Guerra Mundial, houve conferências e acontecimentos importantes que explicam um pouco do contexto de criação da Cepal. Nesse sentido, um dos pontos que pode ser considerado como um dos iniciais da reorganização da nova ordem econômica mundial, que emergiria com o final da guerra, segundo Haffner (1996), foi a divulgação da Carta do Atlântico em 14 de agosto de 1941. Ela foi assinada pelo primeiro-ministro britânico, Winston Churchill e pelo presidente dos Estados Unidos, Franklin Roosevelt ainda antes do fim da guerra. A Carta do Atlântico foi assinada pelos dois líderes enquanto esses estavam a bordo de um encouraçado de guerra nas águas do atlântico canadense.

A carta continha oito pontos acordados, alguns dos pontos aludiam a aspectos políticos e simbólicos conclamando união, “a colaboração econômica entre as nações”, “a livre vontade dos povos”, “liberdade dos oceanos” e “igualdade de acesso, para os países, ao comércio e matérias-primas”.<sup>3</sup> Ela teve grande importância para a reconstrução política e comercial do pós-guerra. Isso acontece na medida em que ela esboçou alguma formatação prévia do pós-guerra a partir dos interesses dos EUA e Inglaterra, assim, constituindo uma precursora do acordo de Bretton Woods.

O acordo de Bretton Woods foi realizado no estado americano de New Hampshire, sob a influência e hegemonia estadunidense. Contou com delegados de dezenas de nações. Os principais pontos discutidos deram a tônica da reorganização do capitalismo sob o aspecto econômico e institucional. Assim, dando a conformação da política monetária e da perspectiva do comércio

---

<sup>3</sup> Termos da Carta do Atlântico traduzidos da versão inglesa pelo autor.

internacional do pós-guerra. Keynes foi um economista que teve um papel de destaque nesse período, contribuindo e se envolvendo com esse processo. Dessa conferência, foram criadas instituições como o Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e o Fundo Monetário Internacional (FMI).

Os EUA já trabalhavam para garantir o seu protagonismo no novo ordenamento econômico mundial que adviria ao final da guerra. Segundo Gonçalves (2011):

Antes do fim da guerra, o governo norte-americano já demonstrava com clareza, em conferências como as de Bretton Woods (julho de 1944), Rye (novembro de 1944) e Chapultepec (fevereiro de 1945), que sua prioridade para o pós-guerra, em temas de economia internacional, era a expansão dos fluxos de comércio, com a eliminação de barreiras tarifárias que limitassem seu crescimento. (GONÇALVES, 2011, p.18)

Em Chapultepec foi definido um acordo que buscou um pacto entre as nações das Américas para estratégias de defesa e coesão entre os países, como diz na versão em português da ata da conferência: “com o fim de fazer face as ameaças ou atos de agressão que tiverem lugar contra qualquer das Repúblicas Americanas depois do estabelecimento da paz”. Foi criado, na oportunidade, o Conselho Interamericano Econômico e Social (CIES), que mais tarde serviria como argumento dos EUA para que o ECOSOC não criasse a Cepal, alegando que já existia uma instituição para tratar dos assuntos econômicos dos países latino-americanos. Para Gonçalves (2011), na Conferência de Chapultepec de 1945, “os Estados Unidos buscaram fazer com que o princípio do livre comércio fosse aceito por todos os países latino-americanos”.

Esses são alguns dos acontecimentos antecedentes à criação da ONU importantes no âmbito geopolítico. Depois, em 1945, a ONU foi criada e dentro da sua estrutura existe um Conselho para tratar de assuntos econômicos, denominado Conselho Econômico e Social (ECOSOC). Nesse conselho que surgiu o esboço do que viria a ser a CEPAL. Ele foi desenhado em 1947 com uma petição do então representante chileno na ONU, Hernán Santa Cruz para que o ECOSOC estudasse a criação de uma comissão econômica para a América Latina.

A justificativa para a formação de um grupo oficial para lidar com os problemas econômicos da América Latina era, especificamente, o problema do esforço de guerra que a América Latina empreendeu durante a Segunda Guerra Mundial (LOPES, 2015). Foi formada, então, uma comissão especial nomeada pelo ECOSOC para estudar os fatores pertinentes para a criação de uma comissão econômica para a América Latina, e resultou em um informe apresentado na assembleia da ECOSOC, a apreciação terminou por aprovar a criação da Comissão com a resolução 106 (VI).

A resolução 106 (VI) do Conselho Econômico e Social da ONU, que cria a Cepal, trata bem dos objetivos desse novo organismo internacional para América Latina e traz informações valiosas. Segue abaixo trechos selecionados dessa resolução:

*El Consejo Económico y Social,  
Crea una comisión económica para América Latina, cuyas atribuciones son las siguientes:  
1. La Comisión Económica para América Latina, actuando conforme a los principios de las Naciones Unidas y bajo la fiscalización general del Consejo, a condición de no adoptar medida alguna respecto a ningún país sin el consentimiento de éste, deberá:*  
a) *Tener iniciativa y participación en medidas destinadas a facilitar una acción concertada para resolver los problemas económicos urgentes suscitados por la guerra, elevar el nivel de la actividad económica en América Latina y el Caribe y mantener y reforzar las relaciones económicas de los países latinoamericanos y del Caribe, tanto entre sí como con los demás países del mundo;*  
(...)  
12. *La Comisión presentará al Consejo una vez al año un informe completo sobre sus actividades y proyectos, así como sobre los de todos sus organismos auxiliares. En los años en que la Comisión no se reúna, el Secretario Ejecutivo presentará al Consejo Económico y Social un informe completo de sus actividades y planes, incluidos los de sus órganos auxiliares, después de haber obtenido la aprobación del informe por el Presidente de la Comisión y de haberlo hecho llegar a los gobiernos de los Estados miembros para recoger sus comentarios y hacer las modificaciones necesarias.*  
13. *El presupuesto administrativo de la Comisión será financiado con fondos de las Naciones Unidas.*  
14. *El Secretario General de las Naciones Unidas nombrará el personal de la Comisión, el cual formará parte de la Secretaría de las Naciones Unidas.*  
(...)  
16. *El Consejo procederá, a más tardar en 1951, a un examen especial de los trabajos de la Comisión con objeto de determinar si esta debe cesar o continuar y, en caso de que continúe funcionando, qué modificaciones deben ser introducidas en sus atribuciones, si hubiera lugar a ello. (ECOSOC, 1948)*

A Cepal nasce como uma Comissão subordinada ao ECOSOC e, por conseguinte, às Nações Unidas, como é explicitado na primeira atribuição, inclusive do ponto de vista do financiamento das suas atividades. De tal modo que ela não tem autonomia para tomar nenhuma medida sobre nenhum país sem o consentimento do Conselho Econômico e Social, marcando a posição da instituição nascente na hierarquia interna da ONU. Nota-se as várias limitações institucionais desde o início.

Na resolução também transparece a justificativa inicial para a criação da Comissão, que era a de facilitar a ação para resolver os problemas econômicos da região decorrentes da Segunda Guerra Mundial. Portanto, foi uma problemática em alguma medida pontual, centrada principalmente no nível de atividade econômica atrelada ao esforço de guerra e não nos problemas de ordem estruturais do capitalismo dependente.

Um ponto importante do contexto de criação da organização é a resistência interna que alguns que países membros tinham em relação à criação de uma comissão econômica exclusiva para a América Latina. Entre os países que inicialmente foram contrários estão as duas potências do pós-guerra: a URSS e os EUA. Com o destaque para os EUA, como relata Poletto (2000): “[A proposta

de criação da Cepal] sofreu forte resistência por parte dos Estados Unidos que não concordavam com a criação de um organismo na região que possivelmente pudesse escapar de seu controle” (POLETTTO, 2000, p.7)

Essa resistência também é ressaltada por Santa Cruz (1984). Ela consistia no fato de que os países centrais que se envolveram diretamente na guerra tinham prioridade, embora o autor entenda que havia possibilidade de angariar apoio à criação da comissão. Prebisch (2001) também confirma a resistência à ideia de Santa Cruz no ECOSOC e, sobre isso, relata:

*Cuando Hernán Santa Cruz presentó ante el Consejo Económico y Social su proyecto de creación de la CEPAL, naturalmente que encontró gran resistencia por parte de los grandes poderes y especialmente de los Estados Unidos. Persuadió a Mendès-France y a algunos otros que apoyaran a la CEPAL. Y finalmente, los Estados Unidos tuvo que aceptar.<sup>4</sup> (PREBISCH, 2001, p.13)*

Graças a persuasão de outros membros por Santa Cruz, entre eles o representante francês Mendès-France, a Comissão foi criada, ainda que com todos os limites impostos a ela pelas Nações Unidas e ECOSOC. Os EUA, que antes foram contrários à Cepal, entraram para comissão. A URSS foi barrada, embora alguns países distantes geograficamente da América Latina também entraram na Cepal na qualidade de membros como foi o caso da França, Holanda e Reino Unido. Então, nota-se que, “na tensão interna à Organização das Nações Unidas, a Cepal se encontra desde a origem sob a guarda do mundo capitalista.” (LOPES, 2015, p. 250)

Vale destacar que a Cepal surgiu como um organismo, a princípio temporário, dada a delimitação das competências e objetivos. A previsão de duração era de aproximadamente três anos, daí seria avaliada pelos órgãos hierarquicamente superiores, como consta no ponto 16 da resolução 106(VI), para deliberarem quanto a necessidade de continuação ou não dos trabalhos.

Essa parte foi acrescentada por pressão dos EUA, que segundo Prebisch (2001), tinha objetivos não declarados para com a Cepal, uma vez que não tinham conseguido barrar sua criação. Tais objetivos consistiam em fusioná-la com a Organização dos Estados Americanos (OEA) ao término do período de implantação e tolhê-la ainda mais em sua autonomia. Isso implicava numa instabilidade inicial quanto ao futuro e possível consolidação da instituição. Ainda segundo Prebisch (2001), houve até uma tentativa, por parte de um embaixador estadunidense da OEA, de

---

<sup>4</sup> Quando Hernán Santa Cruz apresentou para o Conselho Econômica e Social seu projeto de criação da Cepal, naturalmente encontrou grande resistência por parte dos grandes poderes e especialmente dos Estados Unidos. [Ele] persuadiu Mendès-France e alguns outros que apoiaram a Cepal. E finalmente, os Estados Unidos teve que aceitar. (Tradução livre do espanhol feita pelo autor).

convencê-lo pessoalmente, na ocasião da sua posse como secretário executivo, a levar a cabo a fusão entre a Cepal e a OEA mediante oferta de cargos e maior disponibilidade de recursos.

Não obstante todos esses percalços, a CEPAL tinha nos seus primeiros anos liberdade de interpretação da realidade e atuação (ALMEIDA FILHO e CORREA, 2011). Isso foi fundamental para o desenvolvimento de discussões internas acerca da economia latino-americana que permitiram à Comissão elaborar um pensamento original e alcançar o status de escola de pensamento econômico, tamanha sua influência. Nas décadas posteriores, ocorrem mudanças fundamentais de ordem técnica e institucional. Considera-se hoje que a Cepal, por sua própria natureza enquanto organismo multilateral não tem, segundo Almeida Filho e Correa (2011), a independência necessária para ser uma escola de pensamento como ocorreu na época de sua criação. Isso passou a ser um limitante na sua atuação. Desta maneira, o pensamento econômico *mainstream* começou a ganhar, paulatinamente, mais espaço na Cepal.

No início da organização institucional da Cepal havia um ambiente de pluralidade de ideias que caracterizou os seus primeiros anos de atividade. Dentre os vários membros da comissão destacam-se alguns economistas que na década de 1950 exerceram papel muito importante na comissão, principalmente anos mais tarde na relação com a Revolução Cubana, entre eles: Raul Prebisch, Regino Boti, Juan Noyola, Alex Ganz, Jorge Ahumada, Felipe Pazos e José Mayobre.

Raul Prebisch, economista argentino, fundador e presidente do Banco Central argentino, de viés keynesiano, exerceu o cargo de secretário executivo da Cepal de 1950 a 1963. Foi um dos economistas latino-americanos mais influentes de todos os tempos. O seu trabalho na Cepal, tanto teórico como institucional foi muito relevante. Como líder da comissão, desempenhou papel decisivo nos primeiros anos de consolidação da instituição e, sem dúvida é uma personagem central na análise da relação Cepal-Cuba pós-revolução.

Regino Boti foi um economista cubano formado em Harvard, que, segundo DOSMAN (2011), era socialista declarado embora não tivesse uma formação marxista e, inclusive, fora contratado por suas habilidades estatísticas. Foi fundador da primeira faculdade de economia de Cuba. Ele trabalhava junto ao Departamento de Desenvolvimento.

No mesmo departamento, trabalhavam mais 8 pessoas. Entre eles destacam-se Alex Ganz, um economista estadunidense e Juan Noyola, economista mexicano marxista, que fora recrutado para trabalhar na Cepal em 1951. O Departamento de Desenvolvimento, conhecido também como a Divisão Vermelha, tinha a direção de Celso Furtado, economista brasileiro entre os mais destacados

do século XX.

Jorge Ahumada foi um economista chileno, especialista em comércio internacional, entrou na equipe da Cepal em 1949 e chefiava o departamento de treinamento. Embora, convivessem bem, Furtado e Ahumada eram rivais ideologicamente. Jorge Ahumada era um conservador, democrata cristão, escolhido por Prebisch para contrabalancear as visões divergentes (DOSMAN, 2011)

Outro integrante do departamento do Furtado era Felipe Pazos. Ele foi um economista cubano, formado pela Universidade de Havana e desempenhou papel importante no início da revolução cubana, mais especificamente, no Banco Central. Por fim, Mayobre, foi um economista venezuelano, formado na *London School of Economics*. Antes de trabalhar para a Cepal, inicialmente na sede do México, foi membro do Partido Comunista da Venezuela.

Os três primeiros anos foram importantes para a consolidação como instituição, dado que inicialmente a expectativa era de que fosse um organismo temporário. Depois, com essa equipe, a Cepal ao longo da primeira metade da década de 1950 fez estudos pioneiros, tomando como base “a relação entre centro e periferia e a industrialização da América Latina” (Haffner, 1996, p. 56). Isso possibilitou que a Cepal formulasse um pensamento econômico original e genuinamente latino-americano, mas a sua forma de atuação, nesse sentido, quase como uma escola de pensamento foge muito do que é esperado para uma agência internacional submetida à estrutura das Nações Unidas. Então, de acordo com Almeida Filho e Correa (2011), a atuação da Cepal na década de 1950 é vista como uma excepcionalidade.

Mesmo com a liberdade de atuação que tinham e o ambiente de pluralidade de pensamento, nessa fase mais teórica na Cepal, todos os funcionários sofriam em algum nível com o patrulhamento ideológico característico do pós-guerra. Certa vez, David Pollock, um ex-funcionário da Cepal, estava junto com Alex Ganz e Mayobre em 1955 na sede de Santiago e receberam um telegrama de Nova York, mais especificamente das Nações Unidas, sobre um trabalho da Cepal, intitulado “*Una introducción a las técnicas de planificación*”<sup>5</sup>. O telegrama dizia o seguinte: ‘*El informe está bien, pero dondequiera que se mencione la palabra ‘planificación’ replácenla por ‘programación’, porque aquí en Nueva York no podemos apoyar nada que se llame ‘planificación’*”<sup>6</sup>.

<sup>5</sup> “Uma introdução às técnicas de planificação”, tradução livre do espanhol feita pelo autor.

<sup>6</sup> “O trabalho é bom, mas, onde quer que se mencione a palavra ‘planificação’, troquem-na por ‘programação’, porque aqui em Nova Iorque não podemos apoiar nada que seja ‘planificação’”. (Tradução livre do espanhol feita pelo autor). O termo “programação” se consolidou nos documentos da Cepal no lugar da alcunha mais direta “planificação”, que remetia às ideias de planificação econômica em prática no Leste, o que ilustra como o patrulhamento ideológico era presente.



(POLLOCK, 2001).

A fase de estudos mais teóricos da Cepal vai de 1950-56, daí em diante o próprio Prebisch, na qualidade de presidente da instituição, diagnosticou que o período dedicado à análise teórica havia terminado, como afirma Dosman (2011, p.370):

Prebisch reclamou que os funcionários haviam esquecido que o secretariado não era uma universidade, mas parte de uma comissão da ONU que respondia por seus atos perante os governos. A Cepal precisava manter as linhas abertas com os governos, que estavam cansados de estudos, urgentes em 1949, ainda interessantes em 1951, mas desconsiderados como meramente acadêmicos em 1956.

Essa fase de produção profícua de estudos sobre as questões relativas ao desenvolvimento econômico foi característica do período de consolidação da Cepal em Santiago do Chile. Foi o que possibilitou a união de economistas com visões tão díspares num mesmo projeto, como é o caso de Ahumada e Noyola.

A nova orientação dada por Prebisch à Cepal desagradou a Celso Furtado, que acreditava que a Cepal precisava de novas reflexões para orientar os países para uma política de desenvolvimento consistente (DOSMAN, 2011). Furtado defendia que estudos desse tipo continuavam tão importantes como eram no início e na consolidação da instituição e poderiam abrir possibilidade de abertura de novos horizontes. Porém, Furtado não foi atendido. A Cepal, por sua vez, também sofria muitas pressões externas e Prebisch já havia optado por uma via mais pragmática e menos acadêmica.

Para além dessas tensões, tem-se ainda um fator técnico a equipe do departamento de desenvolvimento (divisão vermelha) estava desfalcada, uma vez que vários economistas estavam afastados do secretariado em Santiago, como é o caso de Regino Boti, Juan Noyola e Alex Ganz. Então, em 1957, Furtado também deixou o departamento de desenvolvimento econômico e foi substituído por José Antonio Mayobre, que anos mais tarde sucederia Prebisch na Secretaria Executiva da Cepal.

O panorama institucional da Cepal às vésperas da Revolução Cubana era de uma instituição mais técnica, mais focada em soluções para problemas pontuais mais urgentes, como a queda do nível de atividade nos países latino-americanos. O departamento de desenvolvimento, que era forte e influente nos primeiros anos sofreu mudanças com essa guinada institucional. Nesse momento era dirigido por Mayobre que tinha uma postura menos acadêmica e mais prática que Furtado.

Assim, a Cepal surgiu como um organismo num contexto específico do pós-Segunda Guerra

Mundial submetido à estrutura hierárquica da ONU. Isso significa que a Cepal nasce em um ambiente de efervescentes tensões geopolíticas. Entretanto, a sua importância para o pensamento econômico na América Latina foi estupenda, pois permitiu que economistas latino-americanos elaborassem reflexões originais para a superação do subdesenvolvimento da região.

### **3. A REVOLUÇÃO CUBANA E O ACIRRAMENTO DAS TENSÕES NA CEPAL**

Em primeiro de janeiro de 1959, marco do processo revolucionário em Cuba, o Movimento 26 de Julho triunfava em Havana sobre a ditadura de Fulgêncio Batista<sup>7</sup>. Os impactos e consequências para América Latina foram inevitáveis. Primeiramente, surgiu aí uma alternativa de organização econômica para o continente e ao mesmo tempo uma perturbação na geopolítica que mobilizou esforços para contê-la.

Existe um longo debate sobre a natureza da Revolução Cubana nos seus primórdios, se era desde o início de inclinação socialista ou não. A despeito desse debate estar além do escopo do trabalho, há na historiografia uma interpretação de que a revolução teve um caráter prioritariamente nacionalista. Assim, o fato dos EUA se constituírem como aliados, e em alguma medida, financiadores do ditador Fulgencio Batista teria forjado o caráter antiamericano do movimento e, conseqüentemente, seu caráter anticapitalista. O imperialismo norte americano na ilha era a expressão mais concreta de como o capitalismo se desenvolvia em Cuba, daí se vê a ligação entre o caráter nacionalista, anti-imperialista e anticapitalista da Revolução Cubana. Além disso, o movimento 26 de julho, ao derrubar Batista foi levado pelas circunstâncias geopolíticas da época a assumir o socialismo. Nesse sentido, conforme essa visão, o socialismo em Cuba não seria fruto de uma estratégia pré-definida, mas a possibilidade que restou a Cuba naquela conjuntura histórica específica.<sup>8</sup>

Mas ao longo da pesquisa, parece que essa confusão quanto ao caráter socialista da Revolução Cubana foi maior para os atores externos a esse processo do que realmente para o próprio movimento. Isso permite colocar em dúvida a suposição inicial, de que Cuba foi levada a tomar o socialismo como última opção estratégica do ponto de vista político. A execução de um programa que não rompesse com as relações econômicas vigentes poderia comprometer inclusive o objetivo de autonomia nacional, já que o nacionalismo foi uma característica marcante desse

---

<sup>7</sup> Fulgêncio Batista foi presidente eleito em Cuba de 1940-1944 e depois ditador de 1952-1959.

<sup>8</sup> Para ver mais sobre esse debate: BAMBIRRA, Vânia (1974)

processo.

Para alguns membros do movimento 26 de julho as ideias socialistas eram bem claras, tinham conhecimento das ideias de Marx, mas alguns autores objetam que essa era uma tendência minoritária no movimento.<sup>9</sup> Mas ainda assim o movimento revolucionário cubano não é um movimento intelectual, mas de organização prática e suas consequências se mostravam bem claras para o guerrilheiro Che Guevara. De acordo com ele:

La revolución cubana toma a Marx donde éste dejara la ciencia para empuñar su fusil revolucionario (...) las leyes del marxismo están presentes en los acontecimientos de la revolución cubana, independientemente de que sus líderes profesan o conozcan cabalmente, desde de un punto de vista teórico, esas leyes.<sup>10</sup> (GUEVARA, 1960, p. 4)

A lucidez de Che Guevara na interpretação da Revolução Cubana como expressão prática do marxismo é elucidativa. Explica o porquê de o caráter socialista da revolução cubana ter causado mais “confusão” e estranhamento aos atores e expectadores externos e organismos internacionais, como no caso a Cepal, do que internamente, em Cuba. Na Cepal, existia uma antipatia pelo regime de Batista em Cuba, mas poucos membros eram a favor das ideias socialistas e isso causou conflitos na medida em que a Revolução Cubana vai se definindo como socialista e se aproxima do projeto de estilo soviético.

Como destacado na primeira seção, a Cepal possibilitava um amplo debate de ideias diferentes, mas também favorecia algumas divergências e tensões. E isso fica especialmente claro quando eclode a Revolução Cubana. Inicialmente, a queda do regime de Batista em Cuba pelos revolucionários é vista com bons olhos por parte de alguns economistas membros da Cepal, de modo a impactar diretamente a instituição por conta do posterior envolvimento de membros com o novo regime.

Muitos na Cepal se alegraram quando o regime de Batista caiu em 1º de janeiro de 1959. Regino Boti tornou-se ministro da Economia e responsável pelo Conselho Econômico Nacional de Cuba. Juan Noyola pediu que Prebish criasse um programa especial para Cuba e o nomeasse chefe da missão. Felipe Pazos deixou o FMI para retomar a presidência do Banco Central cubano. Todos acreditavam que podiam servir à revolução. Um sentimento de renovação inundou a região diante da perspectiva de uma mudança social genuína nesse reduto interno do império americano. (Dosman, 2011, p.400)

Esse clima de euforia por parte desses economistas é também uma das origens das tensões

---

<sup>9</sup> Ver mais em SAUNIOS, Tony. Che Guevara: Símbolo de Luta. (1997)

<sup>10</sup> “A revolução cubana toma Marx onde este deixara a ciência para empunhar seu fuzil revolucionário (...) as leis do marxismo estão presentes nos acontecimentos da revolução cubana, independentemente de que seus líderes professem ou conheçam profundamente, do ponto de vista teórico, essas leis”. Tradução livre do espanhol feita pelo autor.

internas na organização. Para compreender como isso ocorria basta retomar o histórico da organização e verificar a influência exercida pela hierarquia por agentes externos, como os EUA. Assim, conclui-se que a independência operacional e de pensamento na Cepal era limitada.

Isso fica explícito em diversos episódios, como na primeira visita de Fidel Castro<sup>11</sup> à Washington depois da revolução em abril de 1959. Ela causou certo constrangimento para a Cepal, pois Fidel estava acompanhado por Regino Boti e foi reconhecido por Milic Kybal, um funcionário da Cepal na época. Kybal, na oportunidade, inclusive cobrou que Boti e Pazos influenciassem a política cubana (Dosman, 2011). É certo que Regino Boti e Felipe Pazos já não trabalhavam mais para o escritório da Comissão em Santiago, estavam licenciados em Havana para exercerem funções no governo revolucionário, mas à medida que as tensões entre Washington e Havana se intensificavam, mais era cobrada uma postura da Cepal em relação à Cuba.

Regino Boti, que trabalhara na Cepal junto com Juan Noyola, no departamento de desenvolvimento sob a direção de Furtado, tinha regressado à ilha, sua terra natal, para trabalhar como Ministro da Economia. O próprio Boti tinha requisitado por intermédio de Noyola que a Cepal enviasse especialistas a Cuba com a finalidade de auxílio técnico para a modernização da indústria açucareira. Prebisch, apoiou uma pequena missão da Cepal em Cuba para tal fim, mas que provocou o descontentamento de Washington.

Havia demandas de auxílio da Comissão para que prestasse assistência nesse momento em que a revolução triunfava. E pesava o fato de Cuba ser um dos países fundadores da Cepal. Juan Noyola, que assumira a secretaria da Cepal em Havana, ajudava a intermediar as relações entre a Comissão e o governo revolucionário. Mas, segundo Dosman (2011, p. 400) “Prebisch temeu desde o início que a Revolução Cubana fosse acabar mal.” Para Prebisch a via revolucionária socialista não era uma opção, também não via com bons olhos a revolução cubana principalmente porque isso colocava a Cepal numa situação delicada.

A Cepal ficou nessa linha de fogo cruzado entre Washington e Havana. Essa posição era muito incômoda e arriscada. Segundo Dosman (2011, p. 403): “A Cepal era criticada em Washington por suas supostas tendências socialistas e, em particular, por sua missão em Cuba”. Essas “tendências socialistas” em verdade nunca foram reais, porque a Cepal nunca constituiu uma ameaça ao modo de produção capitalista na América Latina. Desse modo a preocupação dos EUA é

---

<sup>11</sup> Fidel Castro foi o líder e comandante-chefe da Revolução Cubana. Sua morte em 26/11/2016 provocou reações ao redor do mundo, isso mostra que a Revolução Cubana ainda carrega consigo uma forte carga histórica que reverbera até hoje na América Latina e no mundo que, portanto, precisa ser estudada.

mais virtual que real, pois estrategicamente percebiam um potencial “perigo” na aproximação da Cepal de Cuba.

Isso preocupava Prebisch, que determinou que os funcionários da Cepal mantivessem distância de atividades políticas. Ao passo que ele próprio, contraditoriamente, passou a se corresponder com Washington por intermédio do embaixador estadunidense em Santiago na tentativa de alguma forma afastar alguns economistas da Cepal “que ficaram profundamente envolvidos com Guevara” (PREBISCH apud DOSMAN, 2011, p.403).

O estopim para a ebulição das tensões internas na Cepal estava por vir. Ocorreu quando Noyola deu uma entrevista na condição de diretor da Cepal tecendo fortes críticas aos EUA: “[Cuba] deu um forte golpe nas relações entre o imperialismo e os países dependentes (...) A Revolução Cubana é exemplo e guia para a América Latina” (NOYOLA apud DOSMAN, 2011, p.404).

Essa declaração foi vista como uma afronta grave aos EUA e ao protocolo oficial da ECOSOC e das Nações Unidas. Depois disso, Prebisch chamou-o de volta para afastá-lo de Cuba, e colocou em seu lugar o economista chileno Jorge Ahumada, de viés neoclássico. Juan Noyola, então, pediu demissão da Cepal. Essa foi uma mudança significativa na relação Cepal-Cuba-EUA, já que Ahumada não representava um “perigo” frente aos interesses dos EUA na Cepal.

Felipe Pazos saiu de Havana pouco menos de um ano à frente do Banco Central de Cuba. Ele abandonou a revolução e foi trabalhar em Washington numa empresa de consultoria com alguns outros ex-funcionários da Cepal, entre os quais, David Pollock. Foi substituído na presidência do Banco Central de Cuba por Ernesto Che Guevara. Posteriormente, Pazos toma posição contrária ao regime de Castro e ao socialismo em Cuba.<sup>12</sup>

Em novembro de 1960, John F. Kennedy foi eleito prometendo em sua plataforma de campanha uma nova forma de relacionamento com a América Latina, uma “aliança para o progresso”. A “Aliança para o Progresso” foi apresentada de modo oficial, mais especificamente em agosto de 1961 na Conferência de Punta del Este. A conferência do Conselho Interamericano Econômico e Social da OEA foi no Uruguai e na presença de vários líderes das Américas, então foi apresentada a nova política externa dos EUA para a América Latina, como parte do esforço dos EUA de exercer sua influência na região (NÔGA, 2013).

Deste modo, ainda que no discurso de ajuda da política externa americana, nesse ‘Plano

---

<sup>12</sup> Para ver mais sobre esse assunto: estudos e entrevista com Felipe Pazos realizada pela ASSOCIATION FOR THE STUDY OF THE CUBAN ECONOMY (ASCE) : *Felipe Pazos y sus contribuciones a Cuba y a America Latina* de 2001.

Marshall' para a América Latina havia o interesse de evitar uma possível expansão do comunismo pelo continente no contexto da Guerra Fria (NÔGA, 2013). Essa posição também é sustentada por Lavalle (2010) em uma publicação feita pelo próprio escritório da Cepal no Brasil, na qual afirma que o fator político foi decisivo na Aliança para o Progresso, a ponto de se colocar metas muito ousadas para o programa. Assim, é possível imaginar que a melhoria das condições econômicas e sociais se tornou uma alternativa para os EUA para tentar reduzir a atração da via revolucionária adotada por Cuba na América Latina.

A atração que Cuba exercia sobre os demais países latino-americanos era o resultado de uma esperança real, possível, de independência. Cuba, uma pequena ilha do caribe, diminuta tanto em dimensões territoriais como em termos demográficos, ousava desafiar os poderosos Estados Unidos. Isso, sem dúvida, representou um perigo grande para a influência dos EUA sobre a América Latina, domesticada até então. Como assinala Dosman (2011, p.402): “O exemplo cubano foi contagiante. Latino-americanos de todas as tendências ficaram mais assertivos e menos temerosos de ofender Washington”.

Isso realmente fez com que os EUA voltassem os olhos para a América Latina, objetivando retomar seu protagonismo e influência nas Américas através de uma contra-resposta capitalista para a região. Essa resposta ao comunismo que podia se espalhar pelo continente é a Aliança para o Progresso. Cuba colocou, por assim dizer, os EUA em alerta e a ofensiva para resgatar a região como zona de influência foi forte e trouxe muitas consequências para os países latino-americanos. Porém, é importante salientar o significado de ficar fora do “radar” estadunidense. A interpretação é a de que isso significava um acordo tácito de dependência e cooperação com os interesses dos países capitalistas centrais, isto é, a conformação com uma posição subalterna na geopolítica mundial. Com a Revolução Cubana, as tensões já existentes na América Latina só vieram à tona. Cuba, mostrou que era possível fazer o embate contra essa condição, que se impunha como um sintoma de um capitalismo dependente em um mundo polarizado.

A Aliança para o Progresso previa um aporte de recursos “não inferior a 20 bilhões de dólares”<sup>13</sup> para os países latino-americanos. Além disso, previa-se que “as taxas de crescimento econômico, em qualquer país da América Latina, não devem ser inferiores a 2,5% anuais per capita”, dentre outras metas muito ousadas, como: “eliminação do analfabetismo entre os adultos até 1970”, “fornecer tratamento de água e esgoto a 70% da população urbana e 50% da rural”, “reduzir pela

---

<sup>13</sup> Esse valor corrigido pelo deflator implícito do PIB (*GDP deflator calculated by the US Bureau of Economic Analysis*) seria da ordem de 125,9 bilhões.

metade a taxa anual de mortalidade infantil”<sup>14</sup>.

Um ponto fundamental da Carta de Punta del Este, onde o programa está apresentado de modo detalhado, é a terceira seção que trata exclusivamente da “integração econômica da América Latina”. Nesse ponto, têm-se as estratégias que os países se comprometem a realizar para que a “integração” se efetive. A principal se refere à aceleração desse processo resultante da ampliação e liberalização dos mercados, dando especial atenção à projetos multinacionais. Por fim, na última seção, que trata das medidas que cada país deve adotar estão as normativas para da adesão ao prometido “progresso” da “Aliança”. Destaca-se o cunho liberal dessas normativas:

Os países membros importadores deverão reduzir e, se possível abolir, no mais breve prazo, todas as restrições ao consumo e importação de produtos primários (...). Os países membros exportadores deverão promover a redução e, se possível, a eliminação dos subsídios às exportações e outras medidas que causam instabilidade nos mercados de produtos básicos e provocam excessivas flutuações dos preços e rendas. (...). Eliminar, o mais breve possível, o protecionismo indevido que favorece a produção de matérias básicas; suprimir impostos e reduzir preços internos excessivos, que desencorajam o consumo de produtos básicos importados.<sup>15</sup>

A despeito da Aliança para o Progresso prever no seu bojo uma perspectiva muito otimista para a América Latina, ela não estava de modo algum comprometida com uma saída para além da lógica de dominação imperialista que prevaleceu desde a colonização. Na verdade, o que urdia na Carta de Punta del Este era uma incongruência entre os objetivos do programa e a contrapartida latino-americana. Havia, de fato, um abismo entre a “aliança” e o “progresso”, quase intransponível, dada as condições e termos que foram impostos. O que se impôs foi um pacto que reafirmasse o Continente como zona incontestável de influência capitalista.

A Cepal foi uma peça-chave nesse programa e, inclusive, foi citada na carta, bem como a ONU, como uma das instituições responsáveis pela viabilidade técnica do programa da “Aliança”. Raul Prebisch, se comprometeu com o programa e defendeu-o na Conferência. Como secretário chefe da Cepal, deu todo apoio institucional mesmo que tenha afirmado que a Aliança era limitada e não garantia a resolução dos problemas estruturais da economia latino-americana<sup>16</sup>. Assim, a interpretação que se obtém desse apoio é que ele configurou a tomada de posição da Cepal com relação às tensões entre Washington e Havana. A posição é claramente em favor de Washington em detrimento de Cuba pelo carácter socialista da sua revolução.

<sup>14</sup> Trechos selecionados da Carta de Punta del Este in: DREIER, John(Org.). A Aliança para o progresso. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962.

<sup>15</sup> Trechos selecionado da Carta de Punta del Este in: DREIER, John(Org.). A Aliança para o progresso. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962.  
(Ibidem)

<sup>16</sup> Ver mais em DREIER, John (Org.). A Aliança para o Progresso, 1962. E na entrevista de Prebisch concedida à David Pollock e publicada em 2001.

Essa posição é esperada, dada a natureza institucional da Cepal. Não havia conjuntura para defender qualquer tipo de transformação das relações de produção para além do capitalismo. E mesmo que houvesse alguns funcionários simpáticos à Revolução Cubana, eles não poderiam influenciar a posição institucional para fora dos limites colocados pela estrutura das Nações Unidas. Até o próprio Prebisch dificilmente teria condições de tomar uma postura diferente frente à “Aliança para o Progresso”, ainda que, se hipoteticamente, ele fosse pessoalmente simpático à alternativa socialista. O que se impunha à Cepal nesse contexto era o risco que corria a sua própria existência.

A Cepal trabalhava com liberdade, mas dentro de certos limites, como ficou claro ao longo da primeira seção. Então, a ação individual, seja de um funcionário ou mesmo do Prebisch também era limitada. De tal maneira que eles poderiam influenciar os rumos institucionais dentro dos mesmos limites. Isso fica claro quando alguns economistas tentam tomar algumas atitudes que fugiam do protocolo institucional, como o caso de Juan Noyola, tão logo houve pressão para que fosse contido. Portanto, se Prebisch resolvesse tomar uma posição favorável a Cuba e apoiado com a assessoria técnica para a construção do socialismo na ilha, possivelmente sofreria represálias e não haveria lugar para ele na Cepal. Isso porque, se ele agisse de modo diferente, colocaria a Cepal na condição de um perigo virtual para os EUA, um dos membros da Comissão.

Cuba participou na Conferência de Punta del Este representada por Ernesto “Che” Guevara. Só que ele não estava lá com o objetivo de ser um membro participante da “Aliança para o Progresso”, mas sim para definir sua posição política perante os outros países americanos (NÔGA, 2013). Nessa conferência, Che Guevara rebateu críticas e denunciou violações da soberania e tentativas de atentados, inclusive, a Fidel Castro em Cuba por parte dos EUA. Além disso, defendeu as conquistas da revolução em termos sociais.

No fim das contas a “Aliança do Progresso” fracassou nas suas metas mais ousadas, incluindo a meta de financiamento de US\$ 20 bi. foi interrompida antes do término previsto pelo presidente Richard Nixon em 1969. Dessa forma, se o financiamento era a condição para a viabilidade das demais metas econômicas e sociais, e ela não foi atingida, acabou por comprometer todo o programa. Corroborou para isso também a morte do presidente estadunidense John Kennedy, uma vez que ele foi o formulador e maior entusiasta da Aliança. Porém, é importante ressaltar que o fracasso da “Aliança para o Progresso” não ocorreu sem o aviso de Che Guevara. Na própria conferência, ele questionou a capacidade de financiamento do projeto e a contrapartida exigida da



América Latina pelos EUA.<sup>17</sup>

Embora Cuba tenha mostrado para a América Latina que era possível ter uma política de contraposição ao poderio dos EUA, a estratégia na reunião de Punta del Este não foi suficiente para angariar apoio. No contexto da conferência, Cuba acabou por ficar isolada e a Cepal se alinha à Aliança, a Aliança para o Progresso influenciou a partir de então os rumos e o papel da Cepal na região. Vale aqui recuperar que, além do isolamento de Cuba, a Cepal foi resguardada da influência do bloco socialista desde os primórdios da sua criação, quando a URSS ficou fora do grupo de membros da comissão ao passo que os EUA conseguiram entrar e ampliar sua influência na América Latina.

É importante assinalar a trajetória das relações Cepal-Washington ao longo desses anos. Segundo Pollock (1978) a relação passa de uma forte oposição na criação da Comissão, oposição que permanece até 1958. Depois têm-se uma virada total na atitude dos EUA para com a instituição que vai até 1963, seguido de um período de virtual indiferença. Pollock, ex-funcionário da Cepal, não relaciona essa mudança de atitude com a Revolução Cubana. Porém, parece claro que o papel da Cepal como uma das viabilizadoras do projeto da Aliança para o Progresso a colocou em subordinação aos interesses latentes (ou até mesmo declarados) dos EUA para com a América Latina. Então, nesse sentido, enquanto a Cepal era interessante para a execução do projeto estadunidense, ocorreu uma aproximação entre EUA e Cepal. A Comissão passa de um perigo virtual para uma aliada de fato e de jure.

A relação Washington-Cepal também esteve intimamente ligada à evolução da própria política externa dos EUA para a América Latina. A política externa dos EUA para a América Latina no pós-Segunda Guerra se caracterizou por um distanciamento, uma vez que, na polarização da Guerra Fria, o continente era uma zona de influência dos EUA e até então estava resguardado da “ameaça” comunista. Assim, a América Latina não fazia parte do foco principal das Doutrinas Truman e Eisenhower. Mas, com a Revolução Cubana, os EUA mudaram a política externa, focalizando a região. Isso coincide com a mudança da relação entre Washington e Cepal, na qual houve também uma aproximação para o desenvolvimento de uma “resposta” à Revolução Cubana, que deu a tônica na eleição de Kennedy em 1960.

A Cepal constituiu-se inevitavelmente como uma aliada forte do bloco capitalista antes de

---

<sup>17</sup> “¿Esto es lo que hay [20 mil millones]? No, lo que hay son 500 millones aprobados, esto es de lo que se habla. Hay que puntualizar bien esto, porque es el centro de la cuestión. ¿Qué quiere decir? -y yo aseguro que no lo pregunto por nosotros, sino en el bien de todos- ¿qué quiere decir "si Latinoamérica tomas las medidas internas necesarias"? ¿y qué quiere decir "podrá lógicamente esperar"? (GUEVARA, 1962)

tudo. Ainda que a Cepal tivesse certa autonomia de interpretação dos problemas econômicos latino-americanos e também de traçar estratégias, essas estratégias estavam submetidas à lógica capitalista. Com efeito, as estratégias de planificação, tangente ao mapeamento dos pontos de estrangulamento através de missões realizadas nos países latinos, entre eles o Brasil, foram controladas em certa medida pela Cepal, abandonando qualquer perspectiva revolucionária na América Latina.

Depois que a América Latina foi reconsolidada como uma região incontestavelmente capitalista, a alternativa socialista foi controlada, a relação dos EUA-Cepal se tornou de indiferença. Revelou-se que a periferia da América se torna importante para os países centrais num primeiro momento na medida em que servem de zona de influência, mas não houve um projeto de desenvolvimento efetivo para a América Latina no âmbito da “Aliança para o Progresso”. Pode-se levantar a hipótese de que isso foi um dos determinantes para as mudanças na atuação institucional e no pensamento da Cepal ao longo das décadas posteriores.

Nessa perspectiva, a Cepal foi e sempre será um órgão limitado aos quadros objetivos das Nações Unidas, cuja meta não era e não é a solução completa dos problemas gerados de forma sistemática pelas relações sociais da mercadoria e do capital. (LOPES, 2015). Assim, a posição CEPAL frente a Revolução Cubana, seja por sua natureza institucional ou próprio contexto que foi criada, não pode ser explicado pela perspectiva do pensamento cepalino. Isto é, o posicionamento contrário a alternativa socialista é explicado muito mais pelo contexto histórico e institucional aos quais a Comissão estava submetida. Por isso é importante separar a Cepal Escola de Pensamento da Cepal órgão da ONU.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ao longo do trabalho, buscou-se mostrar como a Cepal reagiu internamente à Revolução Cubana. A interpretação é a de que a Revolução Cubana não foi um fato isolado, mas um importante marco para a América Latina na medida em que colocava o socialismo como uma alternativa econômica viável para a região. Nesse sentido, as consequências da Revolução Cubana não se restringem à ilha, pois provoca efeitos e reações de todos os lados, de tal modo que não era possível, para qualquer agente, ser indiferente ao processo revolucionário.

À Cepal impunha-se um posicionamento, primeiro pela importância dela enquanto instituição de pesquisa e reflexão econômica com vistas à superação da condição de subdesenvolvimento na América Latina. Segundo, pela própria natureza institucional de um organismo pertencente à estrutura hierárquica da ONU. Portanto, a Comissão se caracterizava por

essa natureza dual e até contraditória. Se por um lado ela tinha liberdade de desenvolver um pensamento econômico genuíno para a América Latina, propondo soluções para os problemas enfrentados pelos países, por outro lado tem também respondia pela ONU perante os governos e tinha também objetivos e ações delimitados de acordo com os interesses das instâncias hierárquicas superiores.

Assim, a Revolução Cubana, juntamente com a política externa estadunidense para a América Latina, impacta de modo muito especial a Cepal, até porque a ONU era um espaço em que se concentravam as disputas e tensões geopolíticas. Para entender como isso se deu, primeiramente, foi necessário fazer uma revisão histórica do contexto de criação da Cepal e em quais termos isso se dá. Ela surge como um órgão temporário e muito limitado institucionalmente, mas de modo excepcional se destaca das outras comissões, sobretudo por seu esforço teórico para a discussão e proposição de soluções econômicas adequadas à realidade da América Latina.

A partir disso, ela passa a reunir economistas latino-americanos das mais distintas linhas de pensamento para trabalhar juntos em prol desse objetivo. Inclusive, alguns desses destacados economistas são simpáticos às ideias socialistas. Isso favoreceu o surgimento de tensões internas na Cepal quando eclode a Revolução Cubana. Houve muita pressão externa que contribuiu para isso, como foi visto ao longo da segunda seção. As relações Washington-Havana vão ser condicionantes da ação estratégica cepalina, que se viu forçada a tomar um posicionamento.

Assim, pelo contexto institucional em que ela estava inserida e a influência política que os EUA exerciam na Comissão e instâncias superiores, não havia outro movimento possível senão tomar o lado da “Aliança para o Progresso”. O significado dessa ação é uma posição contrária à alternativa socialista e sua expansão na região. A justificativa não tem que ver necessariamente com o pensamento econômico cepalino, ou com o desejo dos funcionários da Cepal, mas sim com o contexto na qual ela está inserida, o que nos permite questionar: até que ponto houve liberdade de ação na Cepal?

Embora seja reconhecido que existem múltiplas determinações nesse processo histórico, o trabalho enfoca um desses aspectos, o econômico, mas de modo algum houve um determinismo de cunho mecanicista. A perspectiva do trabalho é pensar como a base real econômica (infraestrutura) fez emergir as contradições e tensões vividas pela Cepal naquele momento histórico e como isso favoreceu em alguma medida o condicionamento das questões superestruturais, bem como a sua atuação institucional. Inclusive, essas ações reverberaram para os períodos subsequentes. A Cepal, ao tomar sua posição em favor dos EUA pela Aliança para o Progresso, iniciou um processo de

modificação paulatina em sua atuação, que hoje é muito diferente dos seus primórdios. A interpretação é de que a Cepal escolheu naquele momento privilegiar uma de suas naturezas, no caso a institucional em detrimento da escola de pensamento. Mas essa escolha não ocorreu de forma autônoma, foi uma escolha condicionada e em alguma medida determinada pela conjuntura geopolítica que se impunha no momento.

Ainda que o trabalho se proponha a analisar a relação da Cepal com a alternativa socialista, não significa que essa fosse a única alternativa de desenvolvimento possível. Mas uma das alternativas que se colocavam naquele momento. Uma alternativa que surge como uma esperança frente ao capitalismo dependente.

Por fim, conclui-se que a Cepal teve sua importância histórica para a produção e difusão de relevantes discussões econômicas para todo o continente. E, a despeito de todos os limites de atuação que tinha enquanto órgão da ONU, conseguiu uma façanha de produzir um pensamento original num contexto bem turbulento, nos anos 1950. Entretanto, a sua relação com a alternativa socialista era complicada e ela foi levada a trabalhar com propostas de desenvolvimento que se restringissem ao modelo capitalista de produção.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA FILHO, Niemeyer e CORREA, Vanessa Petrelli. A CEPAL ainda é uma Escola do Pensamento? Rio de Janeiro: Revista de Economia Contemporânea, vol. 15, pp. 92-111, 2011.

ASSOCIATION FOR THE STUDY OF THE CUBAN ECONOMY (ASCE). *Felipe Pazos y sus contribuciones a Cuba y a America Latina*. Bethesda, 2001. Disponível em: <http://www.ascecuba.org/publications/special-studies/felipe-pazos-y-sus-contribuciones-a-cuba-y-a-america-latina/> Acesso em abril de 2016.

BAMBIRRA, Vânia. *La Revolución Cubana: una reinterpretación*. Cidade do México: Nuestro Tiempo, 1974.

CASTRO, Fidel. *Reflexiones de Fidel*. Havana: Oficina de Publicaciones del Consejo de Estado de la República de Cuba, 2013.

CEPAL. *El desarrollo econômico de America Latina y sus principales problemas*. Santiago, 1949.

CEPAL. *El desarrollo social de America Latina en la postguerra*. Buenos Aires: Solar/Hachete, 1963.

CONSELHO INTERAMERICANO ECONÔMICO E SOCIAL (CIES). Acordo de assistência recíproca e solidariedade americana (ato de chapultec), chapultec, 1944. Disponível em: <http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/multilaterais/tratado-do-atlantico-norte/> Acesso em novembro de 2016.

GUEVARA, Ernesto. *Discurso en la reunión del Consejo Interamericano Económico y social (CIES) celebrada en Punta del Este*, Santiago: Centro de Estudos Miguel Enriquez, 1961.

GUEVARA, Ernesto. *Ideología de la Revolución Cubana*. Santiago: Centro de Estudos Miguel Enriquez, 1960.

COLMENARES, J. M. CEPAL, *Reformismo e Imperialismo*. Caracas: Ediciones Bárbara, 1971.

CORAZZA, Gentil. O Caminho de volta do abstrato ao concreto: uma introdução ao método da economia política em Marx in: *Métodos da Ciência Econômica*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

DOSMAN, Edgar J. Raúl Prebisch (1901-1986): a construção da América Latina e do Terceiro Mundo. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado, 2011.

DREIER, John (Org.). *A Aliança para o progresso*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962. p. 19-25.

ECOSOC, *Resolución 106 (VI) Informe de la Comisión Especial Encargada de Estudiar la Proyectada Creación de una Comisión Económica para América Latina*. (documento E/172 /Rev. 1) 25 de fevereiro de 1948. Disponível em: [http://repository.un.org/bitstream/handle/11176/206917/E\\_RES\\_106%28VI%29-ES.pdf?sequence=4&isAllowed=y](http://repository.un.org/bitstream/handle/11176/206917/E_RES_106%28VI%29-ES.pdf?sequence=4&isAllowed=y). Acesso em Novembro de 2016.

FURTADO, Celso. *Obra autobiográfica*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

GONÇALVES, Luiz E. F. C. *As relações Brasil- Cepal (1947-1964)*. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2011.

GRINEVICH, Emilia Andréevna; GVOZDARIOV, Boris Ivanovich. *Washington contra La Habana*. Moscou: Editorial Progreso, 1986.

HAFFNER, Jacqueline. CEPAL: Uma perspectiva sobre o desenvolvimento latino-americano. Porto Alegre: Edipucrs, 1996.

LAVALLE, Jorge Leiva. *Instituciones e instrumentos para el planeamiento gubernamental en América Latina*. Brasília: CEPAL. Escritório no Brasil/IPEA, 2010.

LOPES, Tiago Camarinha. *Planejamento econômico para a industrialização e o desenvolvimento: o Brasil entre as lógicas de mercado e controle (1930-1956)*. Dissertação de Mestrado em Economia. Instituto de Economia, Universidade Federal de Uberlândia, pp.75 -130, 2011 Disponível em: <http://www.ppge.ie.ufu.br/sites/ppge.ie.ufu.br/files/Anexos/Bookpage/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20-%20Tiago%20Camarinha%20Lopes.pdf> Acesso em janeiro de 2016.

LOPES, Tiago Camarinha. *A lei do valor e o planejamento econômico de natureza capitalista*. Tese de doutorado em Economia. Instituto de Economia, Universidade Federal de Uberlândia, pp. 248-252 e 259-263, 2015. Disponível em:

<http://www.ppge.ie.ufu.br/sites/ppge.ie.ufu.br/files/Anexos/Bookpage/Tese%20de%20doutorado%20-%20Tiago%20Camarinha%20Lopes.pdf> Acesso em janeiro de 2016.

NÔGA, A. C. A. Um convidado indesejado: Che Guevara e atuação cubana na reunião do Conselho Interamericano Econômico e Social de 1961. Anais do XXVII Simpósio Nacional de História, Natal, RN, 22 a 26 de julho de 2013. Disponível em: [http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364605994\\_ARQUIVO\\_UmconvidadoindesejadoCheGuevaraatuacaocubananareuniaodoConselhoInteramericanoEconomicoeSociedade1961.pdf](http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364605994_ARQUIVO_UmconvidadoindesejadoCheGuevaraatuacaocubananareuniaodoConselhoInteramericanoEconomicoeSociedade1961.pdf)

POLETTTO, Dorivaldo Walmor. A Cepal e a América Latina. Porto Alegre: Edipucrs, 2000.

POLLOCK, David. *La actitud de los Estados Unidos hacia la Cepal*. In: *Revista de la Cepal*. Santiago, 1978

PREBISCH, Raul. *Entrevista inédita a Prebisch: logros y deficiencias de la CEPAL*. in: *Revista de la CEPAL*, Santiago, v.75, n.1, p.9-23, dezembro. 2001. Entrevista concedida a David Pollock, Daniel Kerner e Joseph Love em Washington, 1985. Disponível em: [http://repositorio.Cepal.org/bitstream/handle/11362/10770/306\\_es.pdf?sequence=2&isAllowed=y](http://repositorio.Cepal.org/bitstream/handle/11362/10770/306_es.pdf?sequence=2&isAllowed=y). Acesso em novembro de 2016.

PREBISH, Raul. Aspectos econômicos da aliança para o progresso. In: DREIER, John. John (Org.). *A Aliança para o progresso*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962.

SANTA CRUZ, H. *Cooperar o perecer. El dilema de la comunidad mundial. Tomo I: Los años de creación: 1941-1960*. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 1984.

SAUNIOS, Tony. Che Guevara: Símbolo de Luta. São Paulo: LSR, 1997.

SILVA NETO, J. G. da. O Lugar da “Teoria do Desenvolvimento Econômico” na América Latina do Pós-Guerra. São Paulo: XIX Encontro Regional de História, 2008.

*THE ATLANTIC CHART, Newfoundland*, 1941 Disponível em: <http://www.merchantnavyofficers.com/dInnola/photos/Documents/atlanticCharter>. Acesso em outubro de 2016.